

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO

CONSULTEC – CONSULTORIA TÉCNICA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS

- **Modalidade:** Correição Ordinária
- **Ato Originário:** Art. 33, IV da Resolução nº 04/2002
- **Objeto de Correição:** Rotinas e procedimentos adotados na Consultoria Técnica – Consultec, do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
- **Período abrangido pela correição:** 26 e 27 de junho de 2013.
- **Membros da Equipe de Correição:**

Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Conselheiro Corregedor)

Mário José de Moraes Costa Filho (Auditor)

Rita de Cássia Pinheiro Telles (Chefe de gabinete)

Nathália Gomes da Costa (Assistente da Corregedoria)



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS
Gabinete da Corregedoria

Cumprindo as disposições contidas na Resolução nº 04, de 23 de maio de 2002, precisamente em seu art. 33, IV, realizou-se Correição, no período de 126 a 27 de julho de 2013, nas dependências da Consultoria Técnica – Consultec, onde buscou-se verificar a eficácia da rotina de procedimentos ali adotados, com relação ao atendimento das demandas, processos, recursos, sistema informatizado e outros, na busca de se aferir a eficiência de seus feitos.

1. DA EQUIPE CORREICIONAL

Formada pelo Corregedor-Geral do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, juntamente com o Auditor Mário José de Moraes Costa Filho, e com os servidores da Corregedoria-Geral: Rita de Cássia Pinheiro Telles de Carvalho – Chefe de Gabinete e Nathália Gomes da Costa – Assistente.

2. DA METODOLOGIA E CRITÉRIOS UTILIZADOS

Foram utilizados formulários próprios, confeccionados pela equipe correicional, com a finalidade de captar os dados referentes aos trabalhos realizados pelos servidores da Consultec, no que tange aos procedimentos ali adotados e também estabelecidos em seu plano de ação para 2012, na busca de se aferir a eficiência dos procedimentos ali adotados.

Também, como forma de se obter uma melhor percepção dos trabalhos ali realizados, servidores da corregedoria foram verificar “in loco” as atividades da Consultec, em horários distintos e em dois dias seguidos.



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS
Gabinete da Corregedoria

3. VISÃO GERAL DO OBJETO

As atribuições do Departamento Jurídico - DEJUR estão devidamente elencadas na Resolução N.º 04, de 23 de Maio de 2.002, bem como na Resolução N.º 08, de 01 de Junho de 2.006, assim sendo, buscou-se confrontar as atividades ali desempenhadas com as determinações legais objeto das Resoluções acima referidas.

"Art. 69. A **Divisão de Expediente e Protocolo (DIEPRO)** providenciará a autuação dos documentos no prazo máximo de dois dias, devendo dar prioridade aos assuntos urgentes e àqueles para os quais sejam previstos procedimentos especiais.

Art. 70. Feita a autuação, providenciará a **DIEPRO** a distribuição dos feitos, pelo sistema informatizado, sob a supervisão do Presidente do Tribunal ou do Vice-Presidente por designação daquele.

§ 1º A distribuição de processos e documentos no Tribunal baseia-se nos princípios da publicidade, sorteio e alternatividade e observa o seguinte:

I - quanto aos processos administrativos internos, incluindo os relativos ao controle interno do Tribunal:

- a) são automaticamente distribuídos ao Presidente do Tribunal;
- b) são redistribuídos por ordem do Presidente ao Vice-Presidente ou são distribuídos diretamente a este nos casos determinados em Portaria, na forma do art. 29, § 3º, deste Regimento.



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS
Gabinete da Corregedoria

II - quanto aos processos e documentos relativos ao controle externo, são distribuídos:

- a) entre o Tribunal Pleno e as Câmaras, consoante os critérios regimentais de competência, levando em conta, se for o caso, a especialização da matéria numa das Câmaras,
- b) aos Conselheiros do Tribunal, levando em conta a composição do Tribunal Pleno e das Câmaras;
- c) ao Conselheiro Julgador, nos termos dos artigos 17 e 19 deste

Regimento.

Art. 149. Os embargos serão distribuídos ao Relator do julgado recorrido, a quem compete o juízo de admissão, observando-se, se for o caso, o teor do § 4.º do art. 70 deste Regimento.

§ 1º A petição dará entrada na **DIEPRO**, que, no prazo de um dia:

I - a registrará, inclusive no sistema informatizado nos arquivos ou campos reservados ao processo originário, sem atribuir-lhe numeração apartada:

II - em seguida, a remeterá à Divisão da Câmara ou à Subsecretaria do Tribunal Pleno.

Art. 152. A petição dará entrada na **DIEPRO**, que a autuará, promoverá as devidas anotações e requisitará os autos do processo em que foi prolatada a decisão recorrida para apensamento.

§ 1.º Ato contínuo, a **DIEPRO** promoverá a distribuição do recurso, dela excluindo o Conselheiro Relator da decisão recorrida.

Art. 156. O procedimento é o seguinte:



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS
Gabinete da Corregedoria

I - a petição recursal deve conter as razões de fato e de direito que justifiquem a pretensão de reforma e será:

a) juntada nos próprios autos do recurso ordinário, de reconsideração ou de revisão não-admitido;

b) autuada apartadamente nos demais casos.

II - a petição recursal dará entrada na **DIEPRO**, que a processará e, se for o caso, a distribuirá (§1.º) e a remeterá ao prolator da decisão recorrida, Presidente ou Vice-Presidente, tudo no prazo máximo de dois dias;

Art. 200. A verificação será feita in loco, salvo se a Comissão decidir por requisitar a documentação, a qual formará autos, nos seguintes termos:

I - os autos serão confidenciais, pessoalmente formalizados pelo Diretor da **DIEPRO** e registrados no sistema informatizado do Tribunal em campos de acesso restrito e dependente de senha de acesso;

II - da capa de autuação, dos dados de publicação e da parte acessível do sistema informatizado, apenas constarão a especificação do Órgão, do exercício e a referência de que se trata de despesas reservadas, com a numeração ordinal das contas, se mais de uma advinda do mesmo Órgão, Entidade ou agente houver;

Art. 263. Verificando o Presidente a ocorrência de ilegalidade ou outra irregularidade em processo de admissão em curso, despachará, determinando a instauração de procedimento próprio, identificando o objeto e as infrações que ocorrerem, ordenando à **DIEPRO** a autuação e distribuição a Relator, que cuidará de dar seguimento à instrução.



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS
Gabinete da Corregedoria

Art. 269. Para efeito do disposto no art. 124 da Constituição do Estado do Amazonas, as Câmaras Municipais amazonenses remeterão ao Tribunal cópias autenticadas das resoluções, decretos legislativos e atos congêneres que fixem para cada legislatura e para cada gestão municipal os subsídios de:

I - Prefeitos e Vice-Prefeitos;

II - Secretários Municipais e autoridades de nível hierárquico eqüivalente;

III - Vereadores, incluindo o Presidente e o Vice-Presidente da Câmara Municipal.

§ 1.º Entrando na **DIEPRO**, a documentação descrita no caput será autuada apartadamente para cada Município e remetida à SUBTEC para emissão de relatório conclusivo acerca dos aspectos formais e da compatibilidade de tais atos com as disposições pertinentes das Constituições Federal e Estadual e da Lei Orgânica de cada Municipalidade.

Art. 281. A petição circunstanciada dará entrada no protocolo do Tribunal, sendo autuada e distribuída pela **DIEPRO** e, então, enviada ao Presidente do Tribunal para emissão de juízo de admissibilidade no prazo de três dias.

Art. 288. O Tribunal receberá de qualquer pessoa, Órgão ou Entidade, pública ou privada, representação em que se afirme ou se requeira a apuração de ilegalidade ou de má gestão pública.

§ 1.º A representação é cabível nos casos expressos em lei, especialmente os referidos na Lei Federal n.º 8.666/93.

§ 2.º A representação será autuada pela **DIEPRO** e seguirá o rito ordinário, exceto se for caso de medida cautelar.



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS
Gabinete da Corregedoria

§ 3.º Verificando o Relator que a representação preenche os requisitos da denúncia, ordenará sua autuação e processamento corretos.

Art. 296. A apreciação da arguição da questão de relevância observa a ordem da pauta prevista no artigo 121, § 1.º, inc. I, "b", número 4, e inc. III, "b", número 3, deste Regimento Interno, aprovada por maioria simples.

(...)

IV - a remessa dos autos do processo originário e das peças referidas no inciso III à **DIEPRO** para autuação do feito de competência do Tribunal Pleno, apensamento dos feitos e distribuição, não podendo esta recair sobre o Conselheiro que a tenha manifestado, ainda que na Câmara.

Art. 299. Suscitada a emissão de súmula, o Presidente do Tribunal promoverá a devida autuação do feito junto à **DIEPRO** e a distribuição a um dos Conselheiros, excluídos o Relator do processo em que se fez a suscitação e também quem a tenha suscitado.

4. OBJETIVO E QUESTÕES DE AUDITORIA

A presente Correição teve por objetivo verificar a eficácia da rotina de procedimentos adotados na Consultec, com relação à emissão de relatórios, laudos técnicos, pareceres, informações e demais atribuições do setor, na busca de se aferir a eficiência de suas atividades.

Formularam-se as seguintes questões que foram disponibilizadas a cada servidor da Consultec, informando-se, na ocasião da entrega, a forma de preenchimento, tendo, dos 8 (oito) servidores lá lotados, 7 (sete) respondido aos questionamentos.



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS
Gabinete da Corregedoria

INFORMAÇÕES PESSOAIS

1 – Indique seu nível de escolaridade. Caso tenha formação superior ou esteja em curso, informe sua graduação.

2 – Possui alguns dos títulos de especialização abaixo relacionados? Em caso positivo, informar qual (is).

Da análise das respostas verificou-se que d universo de 7 servidores, 85,71% possui nível superior completo e destes 83,33 % são pós graduados, 14,29% possuem título de mestrado; apenas um deles, ou seja, 14,29% está concluindo a graduação.

3 – Há quanto tempo é servidor do TCE?

4 – Tempo de lotação na Consultec?

02 (dois) dos servidores lotados na Consultec laboram no TCE há mais de 25 anos e os 05 (cinco) demais, há menos de 5 anos, devendo-se considerar que dois deles estão lotados no setor há mais de cinco anos, um há três anos e os demais foram designados para a Consultec durante a atual gestão geral.

5 - Nos últimos (três) anos, você participou de algum curso ou treinamento subsidiado pelo Tribunal de Contas ou por conta própria? Em caso positivo, informe se foi pelo Tribunal ou por si mesmo e indique os cursos realizados?



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS
Gabinete da Corregedoria

Verificou-se que 71,43% dos servidores, em algum momento, participou de treinamentos subsidiado pelo TCE/AM ou por conta própria.

7- Considerando as necessidades da Consultec, quais cursos você considera importantes para o desenvolvimento de suas atividades?

As sugestões apresentadas foram às seguintes:

1. Curso de Técnica Legislativa;
2. Curso de Consultas e Pareceres Administrativos;
3. Curso de prática legislativa;
4. Curso sobre análise de subsídios dos agentes políticos;
5. Curso de Contabilidade Pública;

ROTINAS DE TRABALHO

8 - Considerando o expediente regular de 06 (seis) horas, definidos pelo Tribunal de Contas, informe em uma perspectiva sincera, a sua média de horas trabalhadas diariamente?

9 - Recebe alguma espécie de gratificação? Participa do Programa de Produtividade?

100% dos servidores trabalham mais de 05 (cinco) horas diárias e participam do programa de produtividade.

10 - Faça um resumo das atividades que desenvolve dentro do setor.



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS
Gabinete da Corregedoria

Compilação e consolidação de todas as normas do TCE, especialmente a Lei Orgânica e o Regimento Interno; elaboração das informações acerca da fixação dos subsídios para servir de suporte às comissões de inspeções do ano de 2013; emissão de relatório sobre consultas; consolidações dos entendimentos técnicos em processos de consultas; emissão de informações ente anteprojeto de lei, resolução e/ou instruções normativas; informação sobre o quorum dos julgamentos das contas das prefeituras pelas Câmaras; respostas às demandas do SIP.

RECURSOS HUMANOS

11 - Você considera adequado o números de servidores (requisitados, estagiários, patrulheiros) alocados no setor?

12 - O ambiente funcional permite que o trabalho desempenhado seja executado de forma satisfatória?

85,71% dos servidores ouvidos, ou seja, 6 (seis) deles, acha adequado o quantitativo de pessoal lotado no setor, havendo demonstração de insatisfação em massa apenas quanto ao espaço físico, que é dividido com a Assessoria Jurídica.

13 - As instalações do setor (iluminação, climatização, estantes de processos e gavetas, além de computadores, cadeiras e mesas de trabalho) atendem suas necessidades? Em caso negativo, justifique sua resposta.

6.57,70% dos servidores se mostraram satisfeitos e apenas 42,86%, apresentou reclamação quanto a falta de gavetas para acomodação do material de trabalho e qualidade dos computadores, ao argumento de que são antigos, dificultando o desenvolvimento do trabalho.



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS
Gabinete da Corregedoria

14 - Conhece os objetivos (metas) do TCE/AM e consequentemente de seu departamento? Em caso afirmativo descreva-os.

100% respondeu ao questionamento de forma positiva, inclusive citando o disposto no Manual de Procedimentos da ISO 9001:2008, bem como o disposto na Resolução nº 04 de 2002, *verbis*.

15 - Com que frequência utiliza os veículos de comunicação interna ofertados pelo TCE/AM:

Dos meios de comunicação disponibilizados pelo TCE/AM o menos utilizado pelos servidores da Consultec é o canal da Ouvidoria (60%), já o canal de comunicação mais utilizado é o Expresso (correio eletrônico Institucional) seguindo pela utilização dos ramais telefônicos.

Como já mencionado em Correções anteriores, faz-se necessário lembrar que os meios de comunicação interna estão avançando no Tribunal, de modo que para o próximo exercício, certamente haverá uma elevação positiva destes índices, pois foram tomadas iniciativas importantes como a implantação do novo sistema SPEDE, reformulação da intranet e dos serviços nela disponibilizados, do Programa de Planejamento Estratégico do Tribunal e do lançamento do Diário Oficial Eletrônico, serviços estes que, certamente contribuirão para uma mais cômoda utilização das ferramentas de comunicação interna.

16 - Você detecta alguma (s) falha (s) ou dificuldade (s) na área de comunicação entre o seu setor e demais setores do TCE/AM? No caso de resposta afirmativa, descreva e se possível proponha uma solução.



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS
Gabinete da Corregedoria

A maioria dos servidores informou que há dificuldades de interação entre a DIEPRO e os demais setores do TCE/AM, por não haver um canal de comunicação eficiente e padronizado.

SEU PONTO DE VISTA FINAL

17 - Considerando suas atividades na Consultec, defina o grau de importância delas para o Setor.

18 - Defina a veracidade da expressão: "o Tribunal de Contas é o melhor lugar para se trabalhar."

Respostas das questões 23 e 24. 60% dos servidores informaram que se sentem realizados profissionalmente, e que apesar de todas as dificuldades existentes sentem orgulho de trabalhar no TCE/AM.

Cerca de 40% dos servidores afirmam que o "Tribunal de Contas do Estado do Amazonas é o melhor lugar para se trabalhar".

19 - Faça um comentário/observação sobre algum assunto de seu interesse que não foi abordado neste questionário, apresentando sugestões para a melhoria dos serviços no seu setor e/ou no Tribunal de Contas.

Os servidores apresentaram os seguintes comentários e sugestões:

01. Necessidade de maior comunicação entre a Presidência do Tribunal e os funcionários – Seria importante que pelo menos 01 (uma) vez por mês



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS
Gabinete da Corregedoria

houvesse uma reunião entre a Presidência e os funcionários para tratam assuntos de interesse dos servidores.

02. Treinamentos, capacitações, gratificações, folgas e outros benefícios – Deveriam ser dispensados a servidores comprometidos com a instituição. Deveria haver uma contrapartida dos investimentos em treinamento e capacitação pelos servidores

5) ORGANIZAÇÃO INTERNA

A unidade é composta de 10 (dez) servidores e conta com 02 patrulheiros, 02 portadores de necessidades especiais regulamentados por contrato de parceria celebrado entre a ADFA e o TCE, não possuindo estagiários.

Há dois servidores designados para receber os documentos, sendo um responsável pela demanda interna e outro pela externa. Após esse momento, os documentos são selecionados e recebem o tratamento adequando, como autuação, encaminhamento a outros setores, por protocolo ou pelo sistema, e tais serviços são executados por todos os servidores e colaboradores, inclusive muitos deles por patrulheiros (menores aprendizes).

No tocante ao prazo de autuação, observamos, por amostragem e através do preenchimento de formulário confeccionado pela equipe de correição, que de um total de 118 processos arquivados, 57 deles obedeceram o prazo estabelecido pelo art. 69 do Regimento Interno do TCE/AM, ou seja, 48,3% (quarenta e oito virgula três por cento) foram autuados em até 2 (dois) dias.

6) INFRA-ESTRUTURA



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS
Gabinete da Corregedoria

Segundo informações da chefia do setor, seu Diretor, bem como da análise e observação feita, *in loco*, pela comissão de correição, a unidade não possui estrutura que atenda satisfatoriamente a demanda de trabalho, funcionando dois setores em um mesmo ambiente, ressaltando que o quantitativo de pessoal merece ser ampliado e afirmando que o material de expediente utilizado é adequado e suficiente

7) COMUNICAÇÃO INTERNA

Sobre os instrumentos de comunicação interna oferecidos pelo Tribunal, os servidores informaram utilizá-los com relativa frequência. Neste sentido é importante lembrar que os meios de comunicação interna têm avançado no Tribunal, certamente contribuindo para uma mais cômoda integração, facilitação e aproveitamento do trabalho.

8) RECOMENDAÇÕES

Diante das constatações acima especificadas, esta Comissão sugere a disponibilização de um número maior de servidores para o Departamento em razão da grande demanda de trabalho, inclusive, como dito acima, com menor aprendiz desenvolvendo atividades de relevância no setor. Além disso, interessante também seria analisar a possibilidade de alteração da estrutura física do setor, com melhor utilização do espaço para acomodação dos documentos e material de trabalho.

É o relatório de correição ordinária.

Manaus, _____ de _____ de 2012.



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS
Gabinete da Corregedoria

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro Corregedor-Geral

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Auditor

Mariza Smith Pantoja
Assessora da Corregedoria

Nathália Gomes da Costa
Assistente da Corregedoria